
FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: Análise de uma sala de recurso de uma escola do Município de Brasília de Minas – MG

TEACHER TRAINING FOR SERVICE IN THE MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM: Analysis of a resource room of a school in the city of Brasília de Minas - MG

Renata Pereira Fonseca¹, Leonice Vieira de Jesus Paixão²

Jeisabelly Adrienne Lima Teixeira³, Nebson Escolástico da Paixão⁴

Cleiciane Faria Soares⁵, Kênia Luiza Ferreira Rocha⁶

RESUMO: O presente artigo foi elaborado a partir das inquietações surgidas durante o período de estágio curricular e da participação enquanto acadêmica do Subprojeto Formação do Regente Alfabetizador, do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica / CAPES, desenvolvido no município de Brasília de Minas, tendo como tema: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: Análise da sala de recurso da Escola Estadual Mestra Bila do Município de Brasília de Minas. Tendo como objetivo analisar a importância da formação do professor que atua nas salas de recursos multifuncionais. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo exploratória descritiva com uma abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico. Para a materialização dos dados, utilizou-se a observação participante na sala de recursos multifuncional e uma entrevista semiestruturada. De acordo com a Constituição Federal de 1988, que assegura a todos o direito a educação, faz-se necessário que o processo de ensino e aprendizagem nas salas de recurso multifuncional seja ministrado por professores com formação especializada, tendo esse professor direito a uma formação continuada para trabalhar neste espaço. Nesse intuito o trabalho se fundamenta nas legislações federal e estadual e em alguns autores como Bueno (1999), Prado & Freire (2001), dentre outros, que possibilitaram um conhecimento teórico que serviu de alicerce na discussão dos dados. Para melhor entendimento desse estudo, foram abordados os seguintes aspectos: a formação do professor para o atendimento da Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros, e ainda conhecimento dos diversos recursos pedagógicos que devem ser explorados neste espaço. As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços criados em parceria com os governos federal e municipal, com diversos tipos de materiais para o atendimento as crianças com necessidade educacional especial. Diante disso, este trabalho contribuiu para o levantamento das necessidades de formação dos professores atuantes da sala de recurso multifuncional da escola pesquisada bem como instigá-los a buscarem novas metodologias e estratégias de ensino que auxiliem em sua prática pedagógica.

Palavras-chave: Formação de professores; Sala de recursos multifuncionais; Legislação.

¹ renatinhafonseka@hotmail.com - UNIMONTES

² leonicepibid2011@gmail.com – UNIMONTES.

³ jeisabellyadrienne@gmail.com – FAVENORTE.

⁴ nebsonescolastico@hotmail.com – FAVENORTE.

⁵ cleicianeprof@gmail.com – FAVENORTE.

⁶ kenialui@hotmail.com – FAVENORTE.

ABSTRACT: This monograph was developed from the concerns that arise during the curricular and academic participation as the Regent Training Subproject literacy, the Pibid - Institutional Programs of Scientific Initiation Scholarships / CAPES, developed in the city of Brasília de Minas with the theme: TEACHER TRAINING FOR SERVICE IN THE HALLS OF RESOURCES MULTIFUNCTIONAL: Analyze the resource room Bila State School Teacher of the city of Brasília Minas. Tendo to analyze the importance of teacher who works in resource rooms multifunctional. The study was developed from a descriptive exploratory field study with a qualitative approach and imprint literature. To materialize the data, we used participant observation in the resource room multifunctional and a semistructured interview. According to the 1988 Federal Constitution, which guarantees everyone the right to education, it is necessary that the process of teaching and learning in the classrooms of multifunctional feature is taught by teachers with specialized training, and this teacher entitled to a continuing education to work in this space. To that end the work is based on federal and state laws and some authors as Bueno (1999), Prado & Freire (2001), among others, that enabled a theoretical knowledge which formed the foundation of data in the discussion. For better understanding of this study, we addressed the following issues: teacher training for understanding the Augmentative and Alternative Communication, System Braille, Orientation and Mobility, Soroban, Teaching Brazilian Sign Language-POUNDS, Teaching Portuguese Language for the Deaf, Activities of Daily Living, Cognitive Activities, Advancement and Enrichment Curriculum, Early Stimulation, among others, and also aware of the various educational resources that should be explored in this espaço. As Resources Multifunction rooms are spaces created in partnership with the federal and municipal governments, with various types of materials to meet children with special educational needs. Thus, this work contributed to the survey of the training needs of the teachers working in resource room multifunctional school researched and instigate them to seek new methodologies and teaching strategies that assist in their teaching.

Key-words: Teacher; room multifunction capabilities; Legislation.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa realizada enquanto acadêmica participante do Subprojeto Formação do Regente Alfabetizador, do PIBID / CAPES, sendo esse também elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC integrada às atividades curriculares do curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros – MG.

A escolha do tema “A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: Análise da sala de recurso da Escola Estadual Mestra Bila no Município de Brasília de Minas” se deu em decorrência de minha observação durante estágios realizados nessa escola. Na ocasião, constatei que a mesma possui uma sala de recursos em funcionamento, atendendo as crianças no contra horário da aula regular.

A questão da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais é muito abordada durante a formação do docente. O presente trabalho discute a importância da formação do professor para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais na sala de recurso multifuncional. Reporta também à implementação da política de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. A legislação

contempla esse aspecto essencial, sendo que a mesma sugere que as políticas de formação devem prever um forte aporte à formação continuada, orientada para a diminuição gradativa da exclusão social. Para fundamentação, fez-se necessário o conhecimento da trajetória da inclusão e a formação do professor, sendo buscados esses fundamentos na Lei de Diretrizes da Educação Básica 9.394/96, nas legislações que respaldam a inclusão e nas pesquisas de BUENO (1999). Verificando a importância do preparo profissional como suporte essencial para o trabalho docente com alunos com necessidades educacionais especiais, o foco foi identificar dificuldades e desafios em trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais na sala de recurso multifuncional, tendo como embasamento teórico autores como: PRADO & FREIRE (2001), dentre outros.

O presente estudo tem como objetivo investigar se os professores possuem formação adequada para atender os alunos com necessidades educacionais especiais na sala de recurso multifuncional. Dessa forma, o problema dessa pesquisa se originou do interesse em conhecer a importância e os benefícios da formação do professor para o atendimento nesse espaço. Nesse sentido, foi proposta a seguinte questão de pesquisa: “Os professores da Escola Estadual Mestra Bila possuem formação adequada para atender os alunos com necessidades educacionais especiais na sala de recurso multifuncional?”

Visando construir uma resposta para a questão, a pesquisa foi realizada de forma descritiva com uma abordagem qualitativa, que completa o trabalho de campo. Percebe-se que na pesquisa as informações e opiniões colhidas serão interpretadas em números para serem classificadas e analisadas.

Como procedimentos técnicos foram realizados estudos bibliográficos, entrevistas e observação. As entrevistas são usadas nas pesquisas de campo qualitativas como obtenção das informações que visam descrever os fatos da realidade e procurar conhecer e entender as diversas situações que ocorrem sobre a temática estudada. Foi realizada uma pesquisa de campo, com o objetivo de obter um contato mais direto com o objeto investigado para a coleta dos dados e uma pesquisa bibliográfica, que consistiu em um estudo das teorias de autores que fizeram parte da revisão da literatura, ancorando, assim, a análise de dados. E, por último, uma observação, que sustentou a interpretação das informações colhidas na entrevista, tendo como sujeito da pesquisa a professora da unidade de ensino que presta atendimento na sala de recurso multifuncional.

Para um melhor entendimento, o estudo foi estruturado da seguinte maneira: foi realizada a revisão bibliográfica de livros, artigos, teses de mestrado e doutorado, na qual foram realizadas reflexões enfocando o contexto da legislação e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, enfocando a criação das salas de recursos multifuncionais e a formação do professor para o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais nesse espaço.

Em seguida apresentamos uma breve caracterização do campo de pesquisa, a análise dos dados coletados e o diário de observação. E, por fim, as considerações finais, pontuando as conclusões feitas durante o desenvolvimento desse trabalho.

O contexto da legislação e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino tem sido alvo de discussões em nosso país nas últimas décadas. O princípio de inclusão, sustentado por diferentes correntes político-ideológicas, aparece atrelado ao entendimento de que incluir é a forma de superar a exclusão; de que inclusão se configurou como um novo paradigma social, capaz de direcionar a transformação da sociedade excludente em seu oposto; e que a inclusão escolar seria a garantia de inclusão social posterior, em um resgate do ideário da escola como um mecanismo de equalização social. (Garcia, 2004)

A partir da década de 1990 o conceito de inclusão é incorporado às proposições políticas para a educação especial, que se articulam numa perspectiva inclusiva ao incorporarem as orientações internacionais tratadas nas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e de Salamanca (Corde, 1994).

Visando materializar a educação para todos e a escola inclusiva, a educação especial passa a ser identificada como uma modalidade de educação escolar a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino a partir da educação infantil e, apenas em casos excepcionais – aqueles que, em função dos comprometimentos do aluno, caso a escola não tenha recursos para o atendimento – é que o mesmo poderá ocorrer em instâncias consideradas especiais: classes ou escolas.

Nessa perspectiva, passa a ser cumprido o inciso III do Art. 208 da Constituição Brasileira, que se refere ao atendimento educacional aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino. Tal ordenamento é reforçado pelo que é estabelecido na Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), que estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiência, e dar prioridade ao financiamento a projetos institucionais que envolvam ações de integração.

Para complementar, o Art. 206 da Constituição Brasileira diz que o ensino será ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A LDB, reconhecendo a importância desse aspecto como pré-requisito para a inclusão, estabelece em seu artigo 59 que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1998)

Portanto, o Artigo 59 da LDB 9.394/96 prevê que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências. Nesse aparato legal, as categorias de deficiência se diluem no conceito de necessidades educacionais especiais, no qual a deficiência é entendida como mais uma expressão da diversidade.

A Declaração de Salamanca assegura o direito de todas as pessoas à Educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos renova o empenho da comunidade mundial sobre Educação para Todos, no qual prevalece as declarações das Nações Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com necessidades especiais, visando maior participação dos governos, de toda a comunidade, pais e organizações de pessoas com necessidades especiais, para melhorar o acesso ao ensino das pessoas, visando a inclusão no sistema regular de ensino de todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

Nós, os delegados da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando 92 governos e 25 organizações internacionais, reunidos nesta cidade de Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos pela presente Declaração, nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades na Educação Especial, cujo espírito, refletido em suas disposições e recomendações, deve orientar organizações e governos. (SALAMANCA, 1994)

A Declaração de Salamanca (1994) afirma ainda que todas as crianças têm necessidades e aprendizagens únicas, e que todas têm direito de frequentar uma escola com acesso ao Ensino Regular. Os Sistemas Educacionais e as escolas devem implementar programas, considerando a diversidade humana.

Assim, os alunos com necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição Federal, na LDB 9.394/96, no parecer do CNE/CEB nº. 171/01, na Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, na Lei nº. 10.436/02 e no Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, bem como na Declaração de Salamanca, o direito à educação realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, sendo este realizado preferencialmente em salas de recursos multifuncionais na escola onde estejam matriculados, em outra escola, ou em centros de atendimento educacional especializado.

Diante desse novo cenário, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos à educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), e o Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, que institui e regulamenta as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, (MEC, 2008):

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que

eliminam as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (MEC, 2008)

Nessa concepção, o Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, em seu Art. 5º focaliza a questão da Educação Inclusiva nas salas de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (MEC)

Nessa percepção, de acordo com o Art. 5º, o atendimento dos alunos com necessidades educacionais é realizado preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais, não substituindo as classes comuns, sendo que seu atendimento será realizado em um turno que não coincida com o atendimento das classes comuns da rede regular de ensino, como também em centro de Atendimento Educacional Especializado.

O artigo 8º do Decreto nº 6.571/2008 diz respeito aos alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

Parágrafo único. O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada:

- a) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- b) matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- c) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;
- d) matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituições de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (MEC)

É possível perceber que o MEC garante a inclusão de todas as pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular pública de ensino, incluindo a matrícula nas classes comuns, nas salas de recursos multifuncionais, bem como em centros de Atendimento Educacional.

A formação do professor para o atendimento às crianças com necessidades educacionais especiais nas salas de recursos multifuncionais.

A formação adequada dos professores é imprescindível para que a aprendizagem esteja centrada no desenvolvimento intelectual de cada aluno, de forma que uma impossibilidade para andar, ouvir, enxergar, ou um déficit, não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem tampouco como causa para que os alunos desistam da escolarização.

Conforme o MEC (2006)

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros. (MEC, 2006, p.17)

A formação do professor trouxe a existência de uma metodologia de ensino “universal”, ou seja, uma maneira de ensino para todos, sem um trabalho estruturado para aquelas crianças que possuem necessidades educacionais, nem se tratando das atividades diferenciadas. O que seria comum a todas as épocas e todas as sociedades e assim por muito tempo acreditou-se que havia um processo de ensino-aprendizagem “Normal” para todos os sujeitos, e aqueles que apresentassem algum tipo de dificuldade, distúrbio ou deficiência eram considerados anormais, denominados de alunos especiais, sendo alijados do sistema regular de ensino. Essa concepção acabou gerando dois tipos de processos de ensino-aprendizagem: o “Normal” e o “Especial”.

Nessa percepção, a visão das possibilidades de aprendizagens de diferentes alunos é, segundo Bueno (1999), a primeira dificuldade a ser enfrentada na efetivação da proposta da escola inclusiva.

... na medida em que, por um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalharem com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atende, porque o que tem caracterizado a atuação de professores de surdos, de cegos, de deficientes mentais, com raras e honrosas exceções, é a centralização quase que absoluta de suas atividades na minimização dos efeitos específicos das mais variadas deficiências. (BUENO, 1999, p.15)

Segundo o autor, o profissional mal formado pouco pode contribuir com o processo de escolarização das crianças que apresentam necessidades educacionais, ou mesmo deixa o seu trabalho muito a desejar, menosprezando o potencial do aluno que possui deficiência, já que o mesmo toma aquele aluno como um sujeito que nada pode fazer.

Freire e Valente (2001) argumentam essa questão:

O professor (da classe especial) certamente conhece o diagnóstico do aluno – as principais características e decorrências de seu quadro patológico – mas quase nunca usa este dado como ponto de partida para conhecer as potencialidades do sujeito. O diagnóstico é mais frequentemente visto como um fator limitante na vida escolar do aluno: define o que o sujeito não pode fazer. Paradoxalmente, a situação da escola regular não é muito diferente. Falta, na maioria dos casos, uma reinterpretação das dificuldades e necessidades do aluno no contexto escolar. (VALENTE apud FREIRE, p. 76)

O professor, agindo de acordo com a formação recebida, costuma privilegiar certos conteúdos em detrimento de outros. Dessa forma, o saber pode se apresentar como um circuito repetitivo e desvinculado da realidade em que o aluno vive, o que faz com que o sujeito, continuamente, mantenha a mesma prática alienada. É o que tem acontecido com a maior parte dos professores, sejam eles “regulares” ou “especiais”. No entanto, é importante ressaltar que eles agem dessa forma por não terem recebido em seus cursos de formação a capacitação suficiente que possibilite sua prática pedagógica atender às distintas formas de aprendizagem de seus alunos, incluindo o atendimento das salas de recursos multifuncionais. “Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural”. (PRADO & FREIRE, 2001, p.5)

Uma formação de qualidade contribui significativamente para a realidade na qual o profissional atuará, podendo assim atender às necessidades e aos desafios que surgirem ao longo de seu trabalho. Propomos ao longo deste trabalho atividades diferenciadas para cada deficiência específica e um atendimento que proporcione ao educando um interesse e a busca constante de conhecimento não somente nas classes comuns, como também nas salas de recursos multifuncionais. E este ambiente deve ser analisado e valorizado, no que diz respeito à formação dos profissionais que nele atuam.

Atribuições do professor das salas de recursos multifuncionais

Como todos os profissionais, os professores das salas de recursos multifuncionais também possuem diversas atribuições, dentre elas destacam-se:

- Atuar como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular.
- Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo.
- Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola.
- Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional.
- Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional.
- Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.
- Preparar materiais específicos para o uso dos alunos na sala de recursos.
- Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular.
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade.
- Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva. (MEC, 2006, p.17)

Além dessas atribuições, o professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ser ativo nas reuniões pedagógicas, no planejamento, nos conselhos de classe, na elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar. (MEC, 2006, p. 18)

O professor da sala de recursos multifuncionais, recebendo a formação adequada a que tem direito e também respeitando as atribuições que lhe são impostas, perceberá o quanto seu trabalho será significativo no processo de inclusão social, processo este complexo, pois o que podemos perceber é que o ser humano automaticamente limita o potencial de quem possui necessidades educacionais especiais. É por essa razão que uma formação exercida satisfatoriamente é importante no processo de inclusão social, na mesma medida em que também possa afastar essa concepção da sociedade.

Sala de recursos multifuncionais: que espaço é esse?

Com o objetivo de cumprir o que regulamenta a lei e de tornar a escola um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social,

cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais, o Ministério da Educação implementou uma política de inclusão reestruturando o sistema educacional.

A iniciativa de implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular, portanto, é uma proposta que responde aos anseios de uma prática educacional inclusiva. Com esse atendimento educacional especializado na própria escola, serão disponibilizados recursos, promovendo atividades com o objetivo de desenvolver o potencial de todos os alunos. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos.

Diferenças entre salas de recursos “comuns” e salas de recursos multifuncionais

A diferença entre Sala de Recursos e Sala de Recursos Multifuncionais se dá no que se refere ao alunado, estrutura da sala e formação do professor.

A Sala de Recursos Multifuncionais atende alunos com necessidades educacionais especiais como: Cegos, Surdos, com Deficiência Mental/Intelectual, enquanto a Sala de Recursos “comum” não atende alunos cegos nem surdos, tendo em vista que estes são atendidos em outros programas específicos, de acordo com suas necessidades especiais.

A Sala de Recursos “comum” atende preferencialmente alunos com Deficiência Mental/Intelectual e também os que apresentam Transtornos Funcionais Específicos (Transtorno de Déficit de Atenção, TDHA - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e com Distúrbios de Aprendizagem). A escola onde ela está implantada é que deve prover os materiais necessários. Assim, geralmente eles se resumem em materiais pedagógicos muito simples, sendo que muitos deles são confeccionados pelas próprias professoras dessas salas ou comprados pela própria escola.

As Salas de Recursos Multifuncionais, por sua vez, necessitam de materiais mais complexos para o atendimento dessa clientela, entre eles estão os recursos pedagógicos que já foram verificados no presente trabalho, inclusive computadores e mobiliário adaptado, sendo estes providos pelo governo federal.

Sala de recursos multifuncionais: um projeto do governo federal

De acordo com o documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2006)

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (BRASIL, 2006, p.13)

A denominação Sala de Recursos Multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento às diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais.

Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição necessitar ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional. De acordo com o documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2006),

Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvidas no atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais se destacam: o ensino de Libras, o sistema Braille e o Soroban, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros. Além do atendimento educacional especializado realizado em Salas de Recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como por exemplo, os serviços de tradutor e intérprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnologias assistivas, entre outros. (BRASIL, 2006, p. 15)

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos.

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento educacional especializado - AEE.

As salas tipo I e do tipo II, conforme especificações do Manual de Orientação: Programa de Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais é composta dos seguintes itens, conforme especificados nos quadros 1 e 2:

Quadro 1: Especificação dos itens da Sala Tipo I: Equipamentos

Materiais Didático/Pedagógicos	
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora a laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colmeia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - sequência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Ideias
Mobiliários	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais

A Sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme abaixo:

Quadro 2: Especificação dos itens da Sala Tipo II: Equipamentos

Equipamentos e Materias Didático/Pedagógicos
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais

Recursos pedagógicos que podem ser utilizados nas salas de recursos multifuncionais

Existem diversos materiais e recursos pedagógicos que podem ser utilizados para o trabalho na Sala de Recursos Multifuncionais, dentre eles destacam-se os jogos pedagógicos, que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento e as tecnologias assistivas. Jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor, livros de

histórias virtuais, livros falados, livros de história adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingue: Libras/Português/Inglês e outros.

Recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livros, tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas para o desenvolvimento da linguagem e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional.

Ainda, a existência de mobiliários adequados e adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, tapetes antiderrapantes, para o não descolamento das cadeiras.

Os recursos pedagógicos adequados são extremamente importantes no processo de escolarização, no qual se tornam objeto e suporte para os portadores de necessidades educacionais. A utilização destes é, pois, indispensável nesse âmbito educacional.

Nos EUA, em 1988, a tecnologia assistiva foi definida pelo Ato Congressional 100.407 (Technology Related Assistance for Individuals with Disabilities Public Act) como:

qualquer item, peça de equipamento ou sistema de produto que, quando adquiridos comercialmente, modificados ou feitos sob medida, serão utilizados para aumentar, manter ou melhorar as habilidades funcionais do indivíduo com limitações funcionais. (PUC Minas, 2012)

No Brasil, a definição de ajudas técnicas encontra-se no Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999, no artigo 19, parágrafo único:

Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social. (BRASIL, 1999)

No âmbito pedagógico, essa definição está contemplada no Parecer CNE/CEB 17 /2001:

Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001)

Para tanto, faz-se necessário um projeto pedagógico que inclua os educandos com necessidades educacionais especiais, que deverá seguir as mesmas diretrizes já traçadas pelo Conselho Nacional de Educação para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação profissional de nível técnico, a educação de jovens e adultos e a educação escolar indígena. Entretanto, esse projeto deverá atender ao princípio da flexibilização, para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos discentes, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar.

Já em 2004 reaparece no Decreto 5.296:

Para os fins deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. (BRASIL, 2004)

Em 2006, o Centro de Ajudas técnicas – CAT aprovou em 14 de dezembro de 2007 o seguinte conceito:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII, 2007)

Portanto, a tecnologia assistiva atuará realizando a avaliação, prescrição e ensino da utilização de um recurso apropriado. Todo esse processo deverá envolver diretamente o usuário e terá como base o conhecimento de seu contexto, a valorização de suas intenções e necessidades funcionais pessoais, bem como suas habilidades atuais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antecedendo o presente estudo, a escola foi visitada no intuito de analisar as condições viáveis para a coleta de dados e a solicitação de permissão à gestora da instituição para o desenvolvimento do mesmo. À gestora e à professora participante foram esclarecidos os procedimentos propostos, tais como: o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções da pesquisa. Assim, como os procedimentos alternativos concedia o direito à professora de sair do estudo a qualquer momento, porém, nenhuma garantia ou promessa foi feita sobre os resultados do estudo. Posteriormente, a explicação da

pretensão da investigação e a análise do termo de consentimento, o mesmo foi assinado por ambas, autorizando, dessa forma, o desenvolvimento do estudo.

A escola escolhida para a realização da pesquisa situa-se na cidade de Brasília de Minas - MG e pertence à rede estadual de ensino. Nessa instituição, é atendida apenas uma modalidade de ensino: o Ensino Fundamental. Tal escolha foi em virtude de a escola possuir uma sala de recurso multifuncional em funcionamento.

Foi considerada para o universo da pesquisa uma professora e seus respectivos alunos com necessidades educacionais especiais atendidos nessa sala de recursos. Durante e após a realização da pesquisa, será mantido o anonimato da participante, bem como o sigilo sobre as informações colhidas. Optou-se pela amostra do tipo intencional, em função da representatividade social da professora e alunos, dentro dos objetivos e objeto pesquisado. A classificação da amostra por princípio da intencionalidade, segundo Thiollent (1994), é adequada ao contexto da pesquisa social por dar ênfase aos aspectos qualitativos e permitir o uso de comparações entre as observações alcançadas em unidades significativas. Trata-se de um estudo de caso, por selecionar uma nova proposta de atendimento ao proposto pelas legislações vigentes. Segundo Severino (2007, p.121), “o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências”.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar a importância da formação do professor que atua nas salas de recursos multifuncionais.

O estudo desenvolvido foi do tipo descritivo, pois esse método propiciou delinear as várias manifestações e situações vividas pelo sujeito da pesquisa, permitindo fazer análises e considerações dos elementos observados (SEVERINO, 2007) com cunho qualitativo de uma característica principal, a interpretação e análise dos dados por meio de resultados obtidos pela observação e relatos do sujeito do estudo.

Entre as muitas técnicas do estudo descritivo, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, para obter informações sobre a pessoa e prática do professor no processo de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, as quais forneceram as percepções necessárias para análise desse estudo. Nesse sentido, o uso da entrevista permite aos respondentes a participação ativa na investigação, tornando possível uma reflexão individual ou coletiva na interpretação dos fatos observados. (THIOLLENT, 1994)

Adotou-se a observação participante durante os atendimentos realizados pela professora, pois “uma das vantagens da observação participante é a de que, com seu próprio comportamento, é possível ao pesquisador testar hipóteses por intermédio da criação de situações que normalmente não ocorreriam”. (VIANNA, 2003, p.50)

Buscando proporcionar um melhor entendimento do tema em investigação, foi feita pesquisa bibliográfica, envolvendo estudo e fichamento de livros, teses de mestrado, monografias, textos e periódicos a respeito do tema. Conforme assegura Severino (2007), a pesquisa bibliográfica concorre para a evolução do conhecimento do pesquisador através dos constantes estudos analíticos, devidamente registrados por diversos autores.

Dessa forma, a coleta de dados ocorreu em períodos distintos durante o segundo semestre do ano letivo de 2012, na sala de recursos multifuncionais, por meio da entrevista semiestruturada e da observação.

A utilização da observação participante como recurso para a coleta de dados revelou-se bastante adequada, uma vez que permitiu interagir em todas as situações e ações praticadas pelos sujeitos, bem como vislumbrar as relações estabelecidas entre professor e alunos e, assim, avaliar os resultados na aprendizagem e evolução das crianças.

Foram anotadas no diário de campo informações coletadas por meio da observação participante e das falas de professores, alunos e outras pessoas da comunidade escolar durante conversas informais, dentro e fora da sala de aula. Segundo as notas de campo, criaram-se categorias para a análise dos dados obtidos.

Como cita Vianna (2003), a observação participante, entendida como um processo, exige que o pesquisador seja cada vez mais participante para poder obter mais acesso ao campo de atuação e às pessoas, tornando-se mais concreta e centrada em seus aspectos, complementando-se com entrevistas formais e informais.

Por concordar com o autor, foi adotada como instrumento de coleta de dados para este trabalho a entrevista semiestruturada com a professora participante da pesquisa, na qual serão apresentados apenas alguns trechos na análise dos dados. Para se evitar qualquer identificação do sujeito da pesquisa, a mesma será denominada pela letra “P”.

Todos os procedimentos e cuidados éticos do estudo em questão atenderam aos preceitos éticos e legais da resolução 196/96 da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (CONEP) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Análise e discussão de dados

Nesta parte da pesquisa será apresentada a análise documental, historicizando a criação da sala de recursos multifuncionais desde a sua gênese, bem como apresentando a observação do seu desenvolvimento. Assim como o processamento dos dados coletados, a análise e discussão dos mesmos, obtidos por meio da observação participante e pelas perguntas e respostas realizadas por meio da entrevista semiestruturada, selecionamos e agrupamos algumas delas. Dessa maneira, foram criadas as categorias, para melhor discussão e entendimento dos dados.

Perfil da participante

A professora entrevistada possui formação em Licenciatura plena em Pedagogia, com especialização em Inspeção escolar com ênfase na inclusão, Deficiência Mental, TGD, Braille, **Alfabetização** em Braille, Alfabetização em Libras, orientação mobilidade, baixa visão. Atua no Ensino Fundamental há 25 anos e na sala de recursos multifuncionais há cinco anos.

A sala de recursos: um espaço de atendimento em parceria

Durante a entrevista realizada com a professora “P”, percebemos em sua fala que a mesma é conhecedora do que é uma sala de recurso multifuncional:

É uma sala em que o professor capacitado oferece suporte para alunos que precisam desse atendimento, favorece seu acesso ao conhecimento e desenvolve competências e habilidades próprias. Não é reforço escolar, atende alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2012)

Reforçando a fala da professora, temos o estabelecido no manual do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007. Integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, sendo este destinado a oferecer apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades /superdotação.

A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para o desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares.

Apesar de a sala de recurso ser um espaço de atendimento complementar, a professora apresentou a maior dificuldade enfrentada na realização do seu trabalho, como retrata sua fala:

Praticamente o professor trabalha sozinho. Mesmo que há sempre procura de parcerias, mas o compromisso dos parceiros é pouco. Precisa de maior investimento em recursos, falta de comprometimento da família. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2012)

Nesse sentido, percebemos a necessidade do envolvimento de toda a comunidade escolar, tendo esse espaço uma oportunidade e uma garantia de propiciar aos alunos com necessidade educacional um atendimento individualizado, buscando atender a cada um, proporcionando os propósitos da inclusão.

A necessidade de uma formação continuada de professores

De acordo com o MEC (2006),

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros. (MEC, 2006, p.17)

A formação adequada dos professores é imprescindível para que a aprendizagem esteja centrada no desenvolvimento intelectual de cada aluno, de forma que uma impossibilidade para andar, ouvir, enxergar, ou um déficit, não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem como causa para que os alunos desistam da escolarização.

Quando indagada sobre as leis que amparam a capacitação dos professores, a professora “P” disse que reconhece as mesmas, citando algumas: “LDB 9.394/96 art. 59, o Parecer nº 424/03, e a Resolução CNE/ CEB nº 02/01”.

Dando ênfase à importância da capacitação, esta, se realizada com êxito, proporcionará ao profissional atuar de maneira significativa, privilegiando atividades relacionadas ao contexto social e nível intelectual em que a criança se encontra.

Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural. (PRADO & FREIRE, 2001, p.5)

Com relação à formação continuada do professor, à divulgação e participação, a entrevistada informou que:

Existem algumas reuniões sobre inclusão, cursos pela internet e outras capacitações sobre algumas deficiências específicas oferecidas pela SRE. A divulgação é feita e os professores participam quando se interessarem. Quando essa acontece na própria escola, todos participam. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2012)

Quando perguntado se os professores estão preparados para receber alunos com necessidades educacionais nas salas de recursos multifuncionais, a entrevistada respondeu que:

Nos cursos de capacitação que faço, encontro vários professores de sala de recursos e todos já foram capacitados e continuam se aperfeiçoando. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2012)

Como pudemos observar nas respostas da professora, ela percebe a necessidade de uma sólida formação do professor da sala de recurso multifuncional, no entanto a mesma reconhece que os demais professores das salas regulares pouco se interessam por essas formações.

As atribuições do professor da sala de recursos multifuncionais

Quando perguntamos à professora se ela conhece as atribuições do professor da sala de recursos multifuncionais, obtivemos a seguinte resposta:

Sim. Atuar como docente em atividades de complementação ou suplementação curricular e colaborar com a professora da classe comum. Promover condições de inclusão desses estudantes. Preparar material para uso de estudantes na sala comum e na sala de recursos. Realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, percepção, memória, linguagem, raciocínio, imaginação, criatividade, etc. Atividades – brincadeiras, jogos, colorir, encaixes, sequências, atividades em grupo e individual. Elaborar, executar e avaliar os PDIS. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2012)

Mediante a resposta da professora, percebemos que a mesma conhece as atribuições. No entanto, a mesma não menciona a parceria entre gestor e professores da sala regular, ponto que na primeira questão foi destacado pela professora como imprescindível para o bom resultado, sendo que essas atribuições são determinadas pelo MEC/ Secretaria de Educação Especial, no caderno Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento

educacional especializado, o qual determina que o professor da sala de recursos multifuncionais tem como atribuições:

Atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educacionais especiais;

Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;

Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola;

Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;

Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;

Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

Preparar material específico para uso dos alunos na sala de recursos;

Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;

Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade;

Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva. (MEC/Secretaria de Educação Especial, 2006, p. 17)

Portanto, faz-se necessário o conhecimento de todas as atribuições por parte do professor, para que o mesmo possa desenvolver um bom trabalho, auxiliando o aluno no seu desenvolvimento.

Os recursos existentes nesse espaço

Quando perguntamos se a sala de recurso multifuncional possui recursos pedagógicos adequados para alunos com necessidades educacionais por ela atendidos, a professora respondeu que sim e citou alguns materiais:

Jogos pedagógicos diversos, computadores, impressora, mesa alfabeto, soroban, punção, reglete, máquina de datilografia em Braille, guia de assinaturas, material completo para trabalhar com cegos, 1 laptop, 1 bandinha, 1 scanner, 1 kit de lupas manuais, plano inclinado para alunos com baixa visão, mesas, cadeiras, CDs e outros. (Entrevista realizada no mês de agosto de 2012)

De acordo com os materiais da sala de recursos relacionados pela professora, percebemos que essa é uma sala do tipo II.

O atendimento oferecido pela professora

Para finalizar, perguntamos à entrevistada o que ela acha da inclusão: “a inclusão é necessária e não vai mais retroceder em qualquer lugar”. Em seguida, indagamos se os alunos com necessidades educacionais sofrem algum tipo de discriminação, a professora respondeu que “já melhorou bastante, mas ainda nota-se o tratamento com discriminação” e, para contornar essa situação, no “módulo II, quando tem oportunidade, ela procura conversar individualmente com os professores, mostrando a eles que nós é que devemos mudar o nosso comportamento em relação aos alunos com deficiência”.

Com relação ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais na sala de recurso multifuncional, a professora ressaltou que ela desenvolve “um atendimento bom, com compromisso, mas gostaria que houvesse mais envolvimento com as outras partes. A sala de recursos vai além de 4 paredes e trabalhar sozinha é complicado”. A professora ainda ressaltou que trabalha “de acordo com a necessidade de cada um. Uso jogos, mesa alfabeto, brincadeiras fora da sala de aula, colorir, montagem, atividades em grupo”.

Como destaca a professora em vários momentos da sua entrevista, para que a sala de recurso multifuncional possa atingir todos os objetivos propostos pela inclusão é necessária uma parceria, como se percebe nas orientações do MEC/Secretaria de Educação Especial, Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado:

A atitude positiva da gestão da escola, o trabalho colaborativo desenvolvido por toda a equipe escolar, a parceria entre escola e família, a organização de recursos e a atenção às necessidades de cada aluno formam uma estrutura básica para melhorar a qualidade da educação, alterando o modo como os alunos são tratados e avançando na compreensão de que as dificuldades de aprendizagem podem ser o resultado de um sistema não acolhedor. (MEC/Secretaria de Educação Especial, 2006, p. 9)

Nesse sentido, o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, nos quais as escolas devem acolher a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras, representa a possibilidade de combater a exclusão e responder às especificidades dos alunos e de uma escola inclusiva.

Diário de observação

Nos dias 16,17 e 18 de agosto, nos turnos matutino e vespertino, foi observada a sala de recurso multifuncional da escola pesquisada. Fui muito bem recebida pela professora, que me mostrou o que era uma sala de recurso multifuncional e até mesmo me instruiu sobre os usos dos recursos lá disponíveis. Posso confessar que antes mesmo de começar a pesquisar

sobre o assunto não conhecia uma sala de recursos, o que fez com que me surpreendesse, pois a mesma é incrivelmente organizada e contém muitos recursos voltados à alfabetização e adequados às necessidades educacionais dos alunos.

A professora é muito competente e sempre busca atividades diferenciadas para trabalhar com seus alunos, de acordo com a necessidade de cada um.

Um ponto importante que pude perceber foi que a colaboração da família e da comunidade deixa muito a desejar, no que diz respeito ao acompanhamento e comprometimento de estarem incentivando seus filhos a frequentarem o espaço que, inclusive, é o único da cidade, atendendo todo o município de Brasília de Minas. Acredito que este deveria ser mais valorizado, contando com a ajuda de parceiros, pois esse espaço é imprescindível no processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Às vezes a professora fica muito sobrecarregada e seu trabalho acaba se tornando abrangente.

Acredito que grande parte dos profissionais que saem da graduação não está preparada para trabalhar com educandos que possuem necessidades educacionais, pois existem muitas visões de aprendizagem diferentes e é exatamente por isso que é importante a interação desse processo de aprendizagem na sociedade que, segundo Bueno (1999), é a primeira dificuldade a ser enfrentada na efetivação da proposta da escola inclusiva

... na medida em que, por um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalharem com crianças que apresentem deficiências evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atende, porque o que tem caracterizado a atuação de professores de surdos, de cegos, de deficientes mentais, com raras e honrosas exceções, é a centralização quase que absoluta de suas atividades na minimização dos efeitos específicos das mais variadas deficiências. (BUENO, 1999, p.15)

Considero que as capacitações ajudam bastante para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais, pois é uma maneira de o profissional se sentir preparado para atender múltiplas diversidades de aprendizagem, uma vez que pude perceber que a professora está sempre preocupada com a aprendizagem dos seus alunos. Sendo assim, esse trabalho se dá com muita ênfase, a professora se mostra preocupada para um bom atendimento, que se concretiza com muito compromisso e competência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, percebemos que o processo de escolarização dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais precisa ser repensado, pois percebemos um distanciamento muito grande entre o professor que atua na sala de recurso multifuncional e o professor regente da sala regular. A quebra desse distanciamento só poderá ocorrer a partir do momento em que forem oferecidas formações continuadas e especializadas para um melhor atendimento de inúmeras diversidades de aprendizagem que surgem ao longo do trabalho docente. Essas formações são muito importantes e necessárias na carreira profissional, pois uma formação realizada com qualidade contribui bastante para a flexibilização e criatividade para atividades diferenciadas que, segundo Libâneo,

... a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas. (LIBÂNEO, s/d, p. 227)

O trabalho docente realizado com educandos que possuem necessidades educacionais especiais é extremamente relevante, pois se trata da socialização e interação desse indivíduo na sociedade, independente da necessidade que tenha, quer seja uma impossibilidade de ouvir, falar, andar, déficit de atenção, ou até mesmo uma superdotação, para que essa necessidade não seja considerada como uma incompetência para uma aprendizagem significativa.

A partir do que foi abordado no capítulo I, temos garantida por lei a formação dos profissionais, assim como o direito de educação para todos. Temos garantido, ainda, os recursos para serem trabalhados de acordo com as necessidades que essa clientela possui.

O atendimento oferecido na sala de recurso multifuncional da Escola Estadual Mestra Bila é, segundo as minhas observações e na própria entrevista da professora, considerado bom e com comprometimento por parte da professora na realização do trabalho, porém falta interesse de outras partes, sendo que esse é oriundo da falta de um trabalho coletivo para uma melhor realização do atendimento docente.

A sala de recursos multifuncionais da rede regular de ensino do município de Brasília de Minas possui recursos adaptados para um bom atendimento aos educandos que nela são atendidos, é um ambiente rico de materiais de alfabetização que, inclusive, é muito explorado

pela professora, que possui uma boa formação para atender a clientela que recebe em sua sala de recurso multifuncional.

Portanto, é possível perceber que é imprescindível que a formação do docente esteja centrada no processo inclusivo do indivíduo com necessidades educacionais especiais. Podemos analisar criticamente a partir dos Capítulos I e II a falta de preparação profissional para o acolhimento dos educandos que possuem dificuldades ou altas habilidades acerca da aprendizagem. Como educadores, devemos auxiliar os alunos para a interação com o meio e não o meio se adequar ao aluno. Deve haver um envolvimento entre ambas as partes. Acredito que essa é a melhor maneira de incluir, afastando cada vez mais a ideia de exclusão social.

Sendo assim, espera-se que esta pesquisa possa auxiliar tanto os professores/pesquisadores no despertar para a importância do tema, bem como estimulando a todos os envolvidos na educação para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo que deve ser desenvolvido por toda a equipe escolar em parceria com a família, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos. Somente assim poderemos alcançar os objetivos propostos para que verdadeiramente os nossos alunos possam ser incluídos na rede pública de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1994.

BRASIL. Decreto nº 3.298 20 de dezembro de 1999. **Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/dec3298.asp>> Acesso em: 03/10/2012

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: www.planalto.gov.br, 2008.

BRASIL. Lei n 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. **Diário Oficial da União, seção 1**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.298**, de 20 de Dezembro de 1.999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 5.296 / 2001**. Disponível no www.planalto.gov.br, acesso dia 31 de agost. de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 17 /2001**. Disponível no www.portal.mec.gov.br, acesso dia 31 de agost. de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado**. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado**. Brasília: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. **Ata da Reunião do VII Comitê de Ajudas Técnicas – CAT**. Disponível em <http://portal.mj.gov.br>, acesso dia 31 de agost. de 2012.

BRASIL. **Decreto Legislativo 186, 9/7/08**, que ratifica, com equivalência de emenda constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

CORDE, **Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/principal.asp>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

CORDE, Comitê de Ajudas Técnicas, **ATA VII**. Disponível em: http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/comite_at.asp

DECRETO n. 5.626/05 - Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: www.libras.org.br/leilibras.htm. Acesso em: 07 de jun. de 2012.

FREIRE, F. M P. e VALENTE, A. **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001.

Revista Psicologia & Saberes

ISSN 2316-1124

v. 8, n. 12, 2019

GARCIA, Regina Leite (org.) – **O corpo que fala dentro e fora da Escola** – Rio de Janeiro, DP&A, 2002. http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/comite_at.asp

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. São Paulo: Alternativa.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Resolução A/61/611, 13/12/06. Nova York: ONU, 2006.

PARECER CNE/CEB nº 17/01 e Resolução CNE/CEB nº 2/01 - **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial**. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/Parecer_CNECEB_no17_de_2001_e_RES_CNE-CEB_no2_de_2001.pdf

Portal de Informações sobre Tecnologias Assistivas para Pessoas com Necessidades Especiais. **Tecnologia Assistiva**. Disponível em www.contagem.pucminas.br, acesso às 21:00, do dia 31 de agost. de 2012.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A.(Orgs) **Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, M (1994). **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez, 2001.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação para Todos**. Jomtien, Brasília: 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>, acesso às 14:00, do dia 20 de junho de 2012.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Em torno do conceito de política www.planalto.gov.br, 2008.